

## **Direito à moradia: Organização e mobilização comunitária de famílias trabalhadoras<sup>1</sup>**

Michelle Lima Domingues – UFF/RJ

**Palavras-chave:** moradia; classes trabalhadoras; organização comunitária.

Este trabalho pretende discutir os agenciamentos de grupos de famílias das classes trabalhadoras a partir de processos de mediação de valores, princípios e representações de ações coletivas de que estas famílias foram objeto enquanto beneficiárias de projeto habitacional de promoção do direito à moradia e outros direitos sociais no espaço urbano. Tais famílias foram objeto de trabalho de assistência técnica para organização e mobilização comunitária para a construção da demanda habitacional e outras demandas sociais por meio de sua qualificação sociopolítica empreendida por técnicos de uma agência não-governamental, a Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião (FBR), e por militantes de um movimento social, a União por Moradia Popular do Estado do Rio de Janeiro (UMP-RJ), afiliada à União Nacional por Moradia Popular (UNMP).

A UNMP é formalizada como “uma associação civil, sem finalidade lucrativa, de cidadãs e cidadãos oriundos dos movimentos populares que se propõem a lutar por democracia, pluralidade, solidariedade, defesa do direito à moradia, autogestão e reforma urbana, com vistas à eliminação da exploração, da dominação, da opressão, da desigualdade social, da injustiça e da miséria, trabalhando pelo fim do déficit habitacional e pela modificação das péssimas condições de vida dos Sem Teto no país e no mundo”. Constituída em 1989 possui representação em 19 estados brasileiros, entre eles o Rio de Janeiro. Sua atuação se dá “nas áreas de favelas, cortiços, sem teto, mutirões, ocupações e loteamentos” com “objetivo de articular e mobilizar os movimentos de moradia, lutar pelo direito à moradia, por reforma urbana e autogestão e assim resgatar a esperança do povo rumo a uma sociedade sem exclusão social”<sup>2</sup>.

A UNMP e a FBR integram o Fórum Nacional de Reforma Urbana, espaço político da afirmação do direito coletivo de usufruir o espaço da cidade com qualidade que incorpora o direito “à moradia digna, aos meios de subsistência, ao saneamento

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2006, João Pessoa/PB.

<sup>2</sup> Informações acessadas em [www.unmp.com.br](http://www.unmp.com.br) – acessos em 06/09/2014.

ambiental, a saúde e educação, ao transporte público e à alimentação, ao trabalho, ao lazer e informação”. Desta maneira incorporam também os princípios deste Fórum que são “o Direito à Cidade, a Gestão Democrática das Cidades e a Função Social da Cidade e da Propriedade”<sup>3</sup>.

A FBR, por meio de seu Programa Terra e Habitação, mantido desde 1992 pela instituição, investiu em uma equipe interdisciplinar formada por arquitetos, agentes sociais e advogados, em parceria com militantes da UNMP, para desenvolver uma metodologia própria de atendimento às demandas por moradia no município do Rio de Janeiro e viabilizar um agente público financiador do programa proposto, à exemplo do cooperativismo habitacional uruguaio, realizado por sistema de autogestão e ajuda mútua. Consolidou assim um programa de capacitação para o cooperativismo e associativismo propiciando, até o ano de 2003, assessorias a associações de moradores e a 6 cooperativas em regiões pobres do município do Rio de Janeiro e também em dois bairros do município de São Gonçalo<sup>4</sup>, no Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de reconstruir moradias ou construir novas unidades habitacionais.

Diante do recuo da participação municipal no nível de viabilização do projeto que se esperava – assegurando terrenos, infra-estrutura e concedendo financiamento para a construção de moradias – a FBR optou pela cooperação internacional, com recursos financeiros provenientes predominantemente da agência alemã Misereor – ligada à Conferência dos Bispos Católicos daquele país – e da Fundação Interamericana – agência ligada ao Congresso norte-americano – que constituíram um Fundo Rotativo de financiamento do material de construção entre as cooperativas apoiadas, gerido por um conselho gestor constituído por representantes destas cooperativas e da FBR. O modelo de intervenção adotado para a capacitação das famílias para o cooperativismo habitacional foi o da aplicação da ajuda mútua na constituição de mutirão familiar da mão-de-obra e organização do trabalho de mobilização e a cogestão entre a Fundação e o grupo instituído. Mas propunha-se que a cooperativa constituída viesse a desempenhar o papel de gestora com exclusividade ao longo do processo de capacitação.

O trabalho de Assistência Técnica para Mobilização e Organização Comunitária empreendido por técnicos da FBR, que será aqui objeto de análise, engloba dois grupos

---

<sup>3</sup> Informações acerca do Fórum acessadas em [www.forumreformaurbana.org.br](http://www.forumreformaurbana.org.br) – acesso em 06/09/2014.

<sup>4</sup> Este município é o segundo mais populoso da capital do Rio de Janeiro, com uma população de 999.728 habitantes.

de famílias do município de São Gonçalo, quais sejam, 37 famílias que constituíram a Cooperativa Habitacional Ipiíba em 2001, no bairro<sup>5</sup> de mesmo nome, sob o modelo do programa habitacional privado mantido pela ONG e 88 novas famílias que integradas ao primeiro grupo de famílias a partir do ano de 2008 foram objeto de novo programa habitacional, o programa governamental federal Habitação de Interesse Social, especificamente sob a Ação de Apoio à Produção Social de Moradia, na modalidade Produção ou Aquisição de Unidades Habitacionais, que previa também assistência técnica coletiva para construção de novas moradias.

Este novo cenário de parcerias com o poder público é apontado pelo ex-diretor executivo da FBR, Ricardo Corrêa (2007:32), como um momento de abertura da discussão da “autogestão, da ajuda-mútua e do cooperativismo” no âmbito das políticas públicas habitacionais que se estabeleceu com a criação do Ministério das Cidades pelo governo federal, em 2003, uma reivindicação constante do Fórum Nacional pela Reforma Urbana e dos movimentos populares de moradia do país.

Assim, em 2004 é criado o Programa Crédito Solidário atendendo parte das reivindicações políticas voltadas para o atendimento das demandas por moradia da população com renda entre 0 e 5 salários mínimos, que, entretanto, se mostrou ineficaz por não atender às peculiaridades da população de baixa renda, mantendo baixo valor de financiamento por unidade habitacional construída, reprodução de excessiva burocracia pela Caixa Econômica Federal, agente financeiro do programa e ausência de assessoria técnica aos grupos para capacitá-los e construir projetos, como ressalta Corrêa (2007:32). Mas em 2005 é instituído o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, gerido pela Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, que centraliza os programas e projetos destinados à habitação de interesse social, voltados para o apoio à construção de moradias populares, com financiamento pelo FNHIS (Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social)<sup>6</sup>, criado no ano seguinte.

---

<sup>5</sup> O bairro Ipiíba se localiza no maior distrito do município de São Gonçalo, também chamado Ipiíba, com 7.200 Km de território, cuja região, ainda considerada rural pelo poder público, mantém resquício de um passado colonial e agrícola.

<sup>6</sup> Em 2012 os projetos habitacionais que beneficiavam as famílias representadas pela UMP-RJ, com assessoria técnica da FBR e viabilizados pelo Fundo migraram para outro programa federal, o Programa Habitacional Popular – Minha Casa Minha Vida, na modalidade Entidades (PMCMV-E) por possibilitar repasse direto da verba às famílias que passam a ser reconhecidas como Entidade Organizadora. Maiores informações acerca deste programa habitacional podem ser acessadas no site do Ministério das Cidades – [www.cidades.gov.br](http://www.cidades.gov.br).

A Cooperativa Habitacional Ipiíba, destituída após a moradia das 37 famílias cadastradas como núcleos familiares e o pagamento do financiamento das casas, se consolidou a partir da intervenção de representantes da Igreja Católica São Pedro de Alcântara, localizada no bairro de Alcântara, no município de São Gonçalo, sobre a carência habitacional nesta região para a população de baixa renda, mais especificamente nos seus bairros periféricos. A mobilização inicial das famílias interessadas em adquirir casa própria, que em sua maioria vivia de aluguel, muitas em imóveis bastante precários e sem possibilidades econômicas para adquirir de forma autônoma, se deu por anúncios durante as missas das quais participavam, quando se informaram da *proposta do padre João*.

O padre desta Igreja, idealizador da proposta de habitação, fundou então em 1998 a Associação São Pedro de Alcântara a fim de criar um fundo coletivo com arrecadação mensal pelas famílias para a compra do terreno. Mas diante das dificuldades financeiras da maioria para a composição deste fundo a compra do terreno só foi possível por meio de um empréstimo bancário realizado pela Igreja São Pedro de Alcântara que posteriormente financiou os lotes unifamiliares a custos acessíveis às famílias interessadas. Em seguida o padre realizou contato com a FBR, a qual financiou o material de construção e capacitou as famílias para o cooperativismo, prestando assessoria através de profissionais da área de engenharia, arquitetura, direito e serviço social.

Assim, a Cooperativa Habitacional Ipiíba, de forma distinta de outras cooperativas assessoradas pela FBR, foi constituída sobre terreno adquirido por outra instituição, a Associação São Pedro de Alcântara, mas as casas foram associadas ao seu capital social através de cotas-parte, cuja porcentagem de 85% de seu valor correspondia às acessões construídas nos lotes e os outros 15% referiam-se à mão-de-obra empregada no regime de mutirão que ocorria principalmente aos finais de semana sob o cumprimento de 17 horas semanais, para o qual cada núcleo familiar poderia contar com ajuda de parentes e amigos. (Estatuto Social, 2001; Regimento Interno, 2001). Os 198 lotes do terreno da Associação são de propriedade destas primeiras 37 famílias, de outros moradores que construíram suas casas com recursos próprios e das 88 novas famílias que são beneficiárias de outro projeto habitacional aqui citado. O lugar é chamado de Condomínio do Padre em alusão ao padre João.

As 37 primeiras famílias, objeto do cooperativismo habitacional, receberam capacitação no sentido da internalização e promoção de seus princípios fundamentais

compreendidos como “ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade” (A Identidade do Cooperativismo, FBR, s/d). Tal capacitação se deu em contextos de negociação com sua rede de reciprocidade e sociabilidade reconhecida como “parte de um referencial teórico e prático longamente acumulado na história das classes trabalhadoras...” (Veiga; Fonseca, 1999:16) e com a solidariedade e igualdade cristãs, representadas pela Igreja Católica que, sob a figura carismática do Padre João, caracteriza determinado pertencimento e arregimentação religiosa das famílias.

Segundo esta perspectiva a habitação como direito seria apenas o meio para impulsionar a construção de um novo sujeito social consolidado por novas maneiras de estabelecer relações sociais, políticas e econômicas na sociedade em que vive visto que o objetivo do cooperativismo “não é o conjunto das pessoas, mas o indivíduo através do conjunto das pessoas”. As ações cooperativas consolidam um sistema de cooperação cujo produto esperado é “o desenvolvimento integral do indivíduo através do coletivo”. Define-se o cooperativismo como “sistema” e as cooperativas como “unidade econômica e espaço de convívio e transformação dos seus integrantes”. O cooperativismo visa assim “o aprimoramento do ser humano em todas as suas dimensões: social, econômica e cultural”, sendo “antes de tudo uma filosofia do homem na sociedade em que vive, que procura construir uma nova maneira de processar a economia baseando-se no trabalho e não no lucro, na ajuda mútua e não na concorrência...” (Gouveia apud Veiga e Fonseca, 1999:16).

Tendo em vista tal contexto de proposição de conversão de famílias trabalhadoras à categoria de beneficiárias de programas habitacionais inspirados pelo ideal do cooperativismo, as relações que envolvem a circulação de bens materiais e simbólicos neste campo tem como referência fundamental a mediação entre visões e representações de mundo das classes trabalhadoras, como patrimônio cultural por elas partilhadas, por um lado, e de representantes de agências de intervenção social do outro, como as aqui citadas, organização não-governamental, associação religiosa, movimento social e mais recentemente agências governamentais.

Abstrai-se aqui, entretanto, que o trabalho de construção de categorias de entendimento, próprio da mediação, traduz um significativo esforço no sentido de validar supostos interesses comuns, como ressalta Neves (2008a). Ele inclui a perspectiva da criação deste “novo sujeito social” no sentido da redefinição do “espaço da cidadania” (Scherer-Warren, 2005:54) e da transformação de necessidades

argumentadas no espaço público em direitos. No caso aqui considerado, as constrições neste sentido se dão no campo das necessidades construídas como direitos urbanos.

### **A Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social como direito**

A atual conjuntura no âmbito das políticas públicas de habitação, traduzida pela UMP-RJ por meio da explicitação de “conquistas”, faz parte do contexto de lutas pela constituição de direitos que atuam em um “campo de poder” que segundo Bourdieu (2008) não envolve apenas o capital político, mas também capitais próprios de outros campos, tais como o capital econômico e cultural e tem como alvo de luta “a conservação ou a transformação da ‘taxa de câmbio’ entre os diferentes tipos de capital e, do mesmo modo, o poder sobre as instâncias burocráticas que podem alterá-la por meio de medidas administrativas” (2008:52).

Assim, a criação de um Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e a previsão legalmente instituída de um serviço estruturado de assistência técnica à produção habitacional surge como produto desta correlação de forças em que instituições qualificadas reúnem capitais culturais específicos na discussão de propostas de políticas de habitação e de serviços de urbanização para as cidades do país.

Após a aprovação, em 2008, do projeto de lei de autoria do deputado federal do Partido dos Trabalhadores (PT) Zezéu Ribeiro, que propõe assegurar assistência técnica gratuita para projetos de habitação de interesse social às famílias de baixa renda, o Ministério das Cidades, por meio da Secretaria Nacional de Habitação, torna então público o Manual para Apresentação de Propostas de Prestação de Serviços de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social – Exercícios – 2008/2011 – dentro da “Ação de Apoio à Provisão Habitacional para Famílias de Baixa Renda” do “Programa de Habitação de Interesse Social”. No documento o objetivo da ação é descrito como “apoiar a estados, Distrito Federal e municípios na melhoria dos padrões de salubridade, segurança e habitabilidade das edificações produzidas, reformadas ou ampliadas no âmbito do processo de autogestão habitacional no país, por intermédio de apoio à prestação de serviços de assistência técnica, assim entendida como o conjunto de ações voltadas à elaboração de projetos, acompanhamento e execução da obra, trabalho social e jurídico”.

Inserindo-se como entidade promotora a FBR elabora então proposta de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social aos grupos de famílias<sup>7</sup> associados à UMP-RJ, incorporando as modalidades de assistência previstas, a Assistência Técnica Individual, a Assistência Técnica Coletiva e a Assistência Técnica para Mobilização e Organização Comunitária, firmando contrato com o Instituto de Cartografia do Estado do Rio de Janeiro vinculado à Secretaria de Estado de Habitação (ITERJ/SEH), órgão estadual proponente do programa e responsável pelo repasse do recurso orçamentário da União, no percentual de 80% com a contrapartida estadual dos 20% restantes.

A assistência técnica representou a viabilização da Ação de Apoio à Produção Social de Moradia, implementada a partir de 2008 e que integrava o Programa de Habitação de Interesse Social, vinculado ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). O serviço de Assistência Técnica para Mobilização e Organização Comunitária foi iniciado com todos os grupos de famílias em 2009, já o de Assistência Técnica Coletiva, envolvendo construção de novas unidades habitacionais para famílias organizadas de forma associativa, seria realizado apenas com o novo grupo de famílias de Ipiíba e novo grupo de famílias do bairro de Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro. O de Assistência Técnica Individual, envolvendo a construção de unidades habitacionais isoladas, seria realizado somente com o grupo de Santa Cruz, também no Rio de Janeiro.

No caso da provisão de novas unidades habitacionais os novos grupos de famílias beneficiárias deveriam se associar às experiências de cooperativismo desenvolvidas através de assessoria anterior promovida pela FBR em Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro, e em Ipiíba. A proposta objetivava a vinculação das famílias pleiteantes à moradia a estas experiências consolidadas na região onde pretendiam morar. Assim, a convivência dos futuros moradores com as famílias que foram

---

<sup>7</sup> Correspondem à Associação de Moradores Matadouro, em Santa Cruz; aos grupos Esperança I e Esperança II, na Colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá – consolidados junto à Cooperativa Shangrilá assessorada pela FBR e pela Comunidade Eclesial de Base Padre Josino, mas que serão assentados em outro terreno, doado pelo município do Rio de Janeiro; à Associação de Moradores de Guia de Pacobaíba, em Magé; à Associação de Moradores de Jardim Primavera, em Duque de Caxias; e ao grupo Ipiíba II, em São Gonçalo – consolidado junto à Cooperativa Ipiíba e à Associação São Pedro de Alcântara, a ser assentado no mesmo terreno.

cooperadas é apontada como um contexto favorável à mobilização e à organização comunitária de todo o grupo.

Aos “promovedores” do projeto de assistência técnica e às “famílias beneficiárias” é atribuída uma perspectiva de participação “em todas as etapas do projeto” e “controle da gestão dos recursos financeiros da União” (Manual para Apresentação de Propostas de Prestação de Serviços de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social – Exercícios – 2008/2011). Neste sentido, entre os princípios estabelecidos e antecipados para o trabalho de assistência técnica, elencados no documento Metodologia de Trabalho-Ipiíba (2009:07), tais como “sensibilizar e capacitar a comunidade para a mudança”, o “empoderamento da comunidade na melhoria das condições de vida” e o incentivo “às práticas de autogestão, cooperativismo e associativismo popular” destaca-se o de “promover a participação da população beneficiada em todas as etapas do trabalho; entendida essa participação como o efetivo reconhecimento da população beneficiada ‘...como analistas, planejadores e organizadores ativos’ (Chambers & Guijt, 1995)”.

A participação é, portanto, a categoria chave tomada para qualificar as relações entre os diferentes atores envolvidos neste trabalho, mas que assume aqui uma dimensão normativa ao supor a mediação de um processo político-pedagógico: “a participação deve ser concebida como um ato interativo entre os diversos atores sociais, na perspectiva de conhecer o contexto no qual se encontram inseridos, as situações que precisam de intervenção e as alternativas para superação, utilizando para esta finalidade a mediação e o ato comunicativo no processo de acompanhamento dos grupos”. (Metodologia de Trabalho-Ipiíba, 2009: 13).

Seguindo o princípio da participação como linha-mestre das atividades previstas nos projetos de assistência técnica – configurados como “produtos” por meio dos quais a verba do programa habitacional governamental era liberada – a equipe da FBR propôs o “Diagnóstico Rápido Participativo”<sup>8</sup> como um método de “pesquisa-ação” adaptado do “Diagnóstico Rural Participativo” (DRP) que constituiria uma primeira etapa da

---

<sup>8</sup> Esta etapa previa as seguintes atividades: Assembleia com os Moradores; Levantamento de Dados Físicos, Fundiários e Sociais; Levantamento de Campo (Entrevistas, Caminhadas e Oficinas) e Identificação de Projetos Potenciais de Trabalho e Renda; Integração dos Dados Obtidos na Etapa Anterior; Assembleia de Validação dos Dados; Oficina de Sensibilização para Cooperação e Autogestão (Metodologia de Trabalho-Ipiíba, 2009).



assistência técnica a ser complementada posteriormente pelos “Planos de Ação”<sup>9</sup>. Trata-se de um método que em princípio “busca uma ampla participação da comunidade na geração e análise da informação, enfatizando mais os aspectos qualitativos do que a quantificação da realidade” no sentido de “impulsionar a auto-análise e a autodeterminação de grupos comunitários”.

A divisão do trabalho de assistência técnica em tantas atividades-produto, totalizando 9 atividades – que em alguns casos se sobrepunham em termos de seus significados, como por exemplo a divisão da atividade de levantamento de dados em dois produtos, levantamento de dados físicos, fundiários e sociais e levantamento de campo – se contrapunham à disponibilidade das pessoas para reuniões que *nunca acabavam* ou *eram todas iguais*. A divisão manifestava uma adaptação à estrutura burocrática de financiamento de projetos como estes, cuja verba era disponibilizada em partes correspondentes aos “produtos” apresentados. As subdivisões em termos de “atividades” mostravam-se assim coerentes à apresentação de produtos às agências de controle, gestão e financiamento – no caso aqui considerado, ao Ministério das Cidades e à Caixa Econômica Federal – que seguiam etapas cronológicas e burocráticas de realização e apresentação de resultados, típicas de tais projetos de intervenção social.

Este contexto aponta, assim, para uma determinada hierarquia quanto aos saberes técnicos na FBR subordinada a diretrizes e objetivos institucionais em jogo que devem priorizar olhares mais instrumentais e adaptados à realidade dos projetos financiáveis, o que por sua vez sinaliza para contradições no que se refere à participação das famílias a partir de uma proposta de intervenção concebida como “mínima” (Metodologia de Trabalho-Ipiíba, 2009:24-25), suficiente apenas para dispor “ferramentas para a autoanálise dos/as participantes” e assim facilitar “um processo de autorreflexão sobre os seus próprios problemas e as possibilidades para solucioná-los”.

Tal processo político-pedagógico burocratizado e ordenado pela circulação de categorias de entendimento significativas ao campo manifesta recursos de “legitimação

---

<sup>9</sup> Esta etapa previa as seguintes atividades: Elaboração de Propostas (Planos de Ação); Discussão e Consolidação de um Plano de Trabalho com a Comunidade; Estruturação de Grupo para o Associativismo Habitacional e para Implementação do Plano de Trabalho. Estas atividades aconteceriam concomitantemente à primeira etapa da Assistência Técnica Coletiva, voltada para assessoria nos projetos arquitetônico e de infraestrutura, bem como de construção das unidades habitacionais. As atividades previstas nesta última dependiam dos resultados da primeira assistência técnica, no sentido de que os projetos por ela gerados deveriam se enquadrar na proposta de reordenamento do Condomínio do Padre em Ipiíba (Metodologia de Trabalho-Ipiíba, 2009).

de ações políticas orientadas pela referência à democracia como valor” que “implica a aceitação de uma concepção moralizante ou normativa” (Neves, 2008b: 27-28). É neste sentido que se atualiza a questão da construção do cidadão mediante a internalização de formas de transformação social.

### **As reuniões da Assistência Técnica para Mobilização e Organização Comunitária com as famílias – potencialidades e limites**

Durante as reuniões com as novas e antigas famílias de Ipiíba a fim de realizar duas atividades do Diagnóstico Participativo da Assistência Técnica, a Assembleia com os Moradores e o Levantamento de Campo, pude registrar tanto as projeções ideológicas sobre elas – proposições que tomam as deliberações coletivas a partir da idealização da participação das “pessoas da comunidade” para “impulsionar a autoanálise e a autodeterminação de grupos comunitários” (Metodologia de Trabalho-Ipiíba, 2009:25), como “escolhas conscientes” destes grupos, mascarando as determinações e critérios antecipados por condições e princípios dos projetos que a ONG representa – quanto o processo de socialização ordenado pelo trabalho de comunicação dado pela circulação de categorias significativas neste processo tais como *solidariedade, união, luta, direitos, recursos, fundos, organização, associação, cooperação, comunidade organizada e mobilizada* que surtem seus efeitos político-pedagógicos.

As experiências das primeiras famílias quanto ao circuito destas categorias vinculadas à questão da mobilização deviam alicerçar os primeiros investimentos das novas famílias de tal forma que os benefícios sociais traduzidos em termos de conquistas da objetivada organização coletiva e de estímulos à inclusão dos novos integrantes não se esgotassem em si mesmos, mas manifestassem um processo de disposições internas para a mudança social que se preconiza. A presença das famílias cooperadas que dominam os discursos e as práticas em jogo consolidou a troca de interesses que fundamentou a proposta de intervenção ordenadora de “processos coletivos de produção do habitat” (Metodologia de Trabalho-Ipiíba, 2009:06).

Deste modo, tal intervenção exemplifica a consolidação de interesses em jogo. O interesse das famílias ex-cooperadas em oportunidades de financiamentos de projetos de infraestrutura para o condomínio, para o bairro e de geração de renda, de um lado, e o interesse das novas famílias na materialização do sonho da casa-própria, de outro. O interesse dos técnicos da FBR em legitimar suas assessorias empregadas em termos de

uma missão político-pedagógica de transformação da realidade social dos beneficiários, à qual se soma uma missão religiosa de evangelização a partir de uma proposta de solidariedade e igualdade cristã, representada por integrantes da Igreja Católica. E ainda o interesse dos coordenadores do movimento UMP-RJ, alguns deles ex-cooperados, em consolidar e ampliar sua representação política no campo do direito habitacional e urbano, tendo em vista conquistas de alegadas demandas.

A primeira atividade da assistência técnica junto às novas e antigas famílias, a “Assembleia com os moradores” teve como objetivo “apresentar a metodologia elaborada pela equipe técnica da FBR e as contribuições da população beneficiada e dos representantes da UMP/RJ”, assim como “apresentar a equipe técnica FBR e representantes da UMP/RJ”, além da equipe do ITERJ (Metodologia de Trabalho-Ipiíba, 2009: 15,16). A assistência técnica para mobilização e organização comunitária foi apresentada nesta reunião pela arquiteta Selma, coordenadora do programa de habitação da FBR, como uma inovação nos programas habitacionais, que consolida uma proposta de *baixo para cima*, ao contrário dos projetos de *cima para baixo* que caracterizariam a maioria das intervenções governamentais até então.

A socióloga Lívia, contratada exclusivamente para implementar o programa de assistência técnica, propôs inicialmente uma “dinâmica de integração do grupo” e em seguida as famílias foram convidadas a formar “grupos de discussão da proposta de metodologia” apresentada às famílias de forma ilustrada através de um retroprojektor. Lívia solicitou que a divisão dos grupos fosse feita pelo critério de proximidade quanto ao lugar de moradia e pelo critério de afinidade e conhecimento mútuo e distribuiu papéis aos representantes das equipes já formadas para que elas pudessem confeccionar cartazes com a escrita de propostas de estudos e pesquisas relativas a condições de moradia e de trabalho no bairro e entorno, a serem posteriormente explicitadas.

A iniciativa da escrita era entendida pela arquiteta Selma como uma necessidade do trabalho educativo desenvolvido apesar das dificuldades enfrentadas pelos grupos com a proposição por demais abstrata de “discussão da proposta de metodologia” como salientou um participante: *É tanta coisa que apresenta que às vezes fica difícil de a gente entender!* Aliás, as dificuldades não passavam apenas pelo entendimento imediato e circunstancial desta reunião, mas pelo entendimento dos objetivos de todo o programa representados por tantas atividades/produtos antes de se chegar de fato a começar a construção da obra das casas e ainda pelas dificuldades financeiras em atender a todas estas demandas de qualificação/participação.

Assim, a assistência técnica que possui valor para as novas famílias fundamentalmente para a viabilização da moradia e para as antigas famílias como alternativa de renda que de fato se realize, acabava se constituindo em constrangimentos desnecessários, entendida como perda de tempo e de dinheiro – já que o suporte neste sentido era insuficiente – como salientou uma senhora do novo grupo de famílias que apesar de ter comparecido *a todas as reuniões*, contestou a sua necessidade alegando a falta de resultado prático já que *no final nada se resolvia*.

Ignora-se, assim, as motivações e propostas específicas das reuniões, cuja presença dos núcleos familiares com investimentos no deslocamento e gastos com passagem e alimentação, nem sempre custeados pela FBR, justificava-se, em inúmeros casos, apenas como forma de atendimento aos critérios de elegibilidade do núcleo familiar e evitação da desclassificação e exclusão como beneficiários.

A questão levantada por aquela senhora se aproxima em muito dos depoimentos dos ex-cooperados acerca das condições iniciais de investimento na cooperativa que ressaltavam um total desconhecimento acerca do sentido das intervenções da Igreja São Pedro de Alcântara e da FBR em favor do projeto de cooperativismo, mas cujo processo de investimento coletivo apontou, entretanto, para uma gradual socialização com a proposta. Por exemplo, a familiaridade atual com as categorias aqui situadas como *mobilização, cooperação, comunidade, organização, participação, união, direitos, recursos* etc., que são relativamente distantes das demais famílias que iniciam o mesmo processo, evidencia o sentido desta socialização. Assim, a participação inicial das demais famílias, como exemplifica a versão daquela senhora, que se dá menos em função de uma consciência sobre a importância da mobilização coletiva do que em atendimento a critérios vistos como exteriores a elas, passíveis de serem atendidos para a conquista da casa, não exclui, entretanto, que sejam ao longo do tempo especificamente interiorizados e mesmo instrumentalizados.

Nesta primeira reunião, subsidiada pela FBR, ao contrário das outras duas realizadas naquele ano, 9 grupos de representantes familiares se constituíram e propuseram propostas de serviços de urbanização, de melhorias estruturais para o bairro e de possibilidades de geração de renda, explícitas em termos de necessidades de serviço de *saneamento básico, transporte, iluminação pública e pavimentação, postos de saúde e Unidade de Pronto Atendimento (UPA), creches comunitárias, escolas voltadas para Educação de Jovens e Adultos (EJA), segurança pública, áreas de lazer, cooperativas de comércio, como de costureiras e de produtos recicláveis, cooperativas*

*de consumo, articulação com associação de moradores, mobilização para cobrar direitos aos poderes públicos etc.*

Quase todos os grupos tiveram a participação de ex-cooperados que ressaltaram a questão da *mobilização* já que mais familiarizados com esta linguagem valorizada e fundamental à proposta. O grupo formado somente por ex-presidentes da cooperativa destacaram atributos de gestão para o condomínio como *cumprir as definições dos regimentos, estatutos e deliberações das assembleias*, além dos *projetos para capacitação pós-moradia*. O único grupo formado apenas por representantes das novas famílias ressaltou proposições sobre a *casa-modelo* de maior interesse destas últimas. Trata-se de uma casa construída no condomínio como modelo para as novas casas que foi visitada pelas famílias durante o intervalo para almoço.

O ensejo de relações entre as famílias ex-cooperadas e as novas famílias associadas à Associação São Pedro de Alcântara, que tinha como objetivo promover o engajamento das últimas no sentido das relações de entre-ajuda e confiança sedimentadas entre as primeiras, revela uma peculiar forma de distinção entre estes dois grupos de famílias envolvidos em “relações comunitárias”, tal como descrita por Nobert Elias (2000:165,168) em “Os estabelecidos e os outsiders” quando analisa diferenças originadas da hierarquia classificatória entre famílias quanto a sua “antiguidade” e a sua “recenticidade” em um mesmo local de moradia que fundamentam respectivas relações de poder. Como destaca o autor, os “antigos” moradores em nome deste atributo de antiguidade manifestam uma “pretensão de distinção e superioridades sociais”. Em referência a esta “configuração social específica”, dada pelas interdependências entre as “famílias antigas” em relações “especificamente comunitárias”, o autor fala da existência de um “código comum” como o existente entre as famílias ex-cooperadas a partir das alegadas relações de confiança e segurança entre eles:

“Assim, as pessoas que pertencem a um círculo de ‘famílias antigas’ são providas de um código comum por seus vínculos afetivos específicos: uma certa união das sensibilidades subjaz a todas as suas diferenças. Nesse aspecto, elas sabem onde se situar em relação umas às outras e o que esperar umas das outras, e o sabem ‘instintivamente’ melhor, como se costuma dizer, do que onde se situar em relação aos outsiders e o que esperar deles. Ademais, numa rede de ‘velhas famílias’, as pessoas geralmente sabem quem são em termos sociais” (Elias, 2000:171).

Neste sentido, a relação de confiança vivida entre as famílias antigas de Ipiíba serve de parâmetro para apreciações sobre o “outro” que não integra efetivamente o grupo. Seja este “outro” mais relativo na sua relação com o grupo, como *o pessoal do recurso próprio* – que são moradores do Condomínio do Padre, mas não foram cooperados – ou mais circunscrito a distanciamientos, como os futuros moradores sobre os quais se antecipam determinadas restrições que, entretanto, começam a ser relativizadas pelas experiências de trocas propiciadas a partir das intervenções dos técnicos da FBR em nome do Programa de Assistência Técnica para Mobilização e Organização Comunitária.

Há uma preocupação coletiva com o controle sobre condições de segurança no condomínio que foram conquistadas a partir de uma valorizada sociabilidade sedimentada por relações de entreatajuda. A falta de segurança é um risco atribuído não apenas às possibilidades de acercamento da criminalidade, questionamento recorrente, mas também às potenciais más influências que podem ser exercidas por novos integrantes a serem incluídos no espaço do condomínio. Neste contexto, os trabalhos de socialização propostos por atividades de assistência técnica acabam também por propiciar oportunidades de reconhecimento mútuo e controle sobre os novos moradores, apesar dos critérios objetivos de elegibilidade que operam.

As problematizações realizadas durante o primeiro encontro foram recuperadas durante as duas reuniões seguintes da etapa “levantamento de campo” do diagnóstico participativo que tinha como objetivo “o envolvimento das famílias para mobilização comunitária”, já iniciado na primeira reunião como forma de otimizar os resultados dos encontros. Os grupos de trabalho organizados anteriormente foram convidados a se recompor em grupos temáticos, segundo os seguintes temas: *urbanização e infraestrutura; equipamentos urbanos; casa; meio ambiente; mobilização; geração de trabalho e renda; história*. A segunda reunião também teve como pauta a deliberação sobre a casa-modelo e a terceira reunião trataria da apresentação dos resultados da pesquisa temática que seria realizada pelos grupos no bairro.

Entretanto, a falta de representatividade das novas famílias nestes dois encontros posteriores foi agravada pela ausência de financiamento dos deslocamentos para a participação das reuniões e para a realização da pesquisa objetivada no espaço. Assim, os que faltaram justificaram a falta de tempo e de condições para participar das reuniões e realizar a pesquisa. A maioria dos grupos se formou de maneira improvisada, agregando novos participantes, havendo a necessidade de atualizar as problematizações

anteriores. Sugerido o problema da falta de representação para se discutir um problema importante e de interesse de todos, como o da decisão do modelo da casa a partir da apreciação da casa-modelo, a arquiteta Selma argumentou que não seria possível postergar o segundo encontro tendo em vista o tempo exíguo de desenvolvimento do programa. Seu cronograma já estaria atrasado e a verba disponível escassa. Justificou ainda dizendo que todas as famílias haviam sido avisadas sobre a discussão agendada para o dia.

Obviamente, se já era baixa a frequência às reuniões coordenadas pela FBR em Ipiíba, principalmente das novas famílias associadas, tendo em vista suas dificuldades de acesso em termos financeiros e de tempo disponível, pode-se imaginar que a auto-organização dos grupos para a realização de tal proposta de trabalho coletivo de pesquisa tenha sido mesmo inviável. Lembro-me dos questionamentos da ex-cooperada Vera, responsável pelo grupo de discussão sobre o meio ambiente, uma das mais motivadas, que me perguntava se a FBR teria como financiar os encontros dos interessados em visitar alguns lugares do entorno, com o auxílio de um morador do bairro. Se haveria em breve uma representação da instituição quanto a isto. Lembro também das justificativas dos demais moradores, como a da ex-cooperada Carmem que dizia não ter dinheiro *nem pra pagar uma passagem de ônibus*, quanto mais pra realizar tal pesquisa.

Mas o trabalho de discussão da casa-modelo prosseguiu durante a segunda reunião em meio à polêmica do argumento defendido pela arquiteta Selma de defesa do tijolo ecológico utilizado na construção da casa-modelo. A arquiteta afirmou ser o tijolo de alvenaria mais custoso e ser mais trabalhoso também seu encaixe, para o qual havia necessidade de cimento. Além disso, argumentando razões propriamente ecológicas, ele geraria *um gasto de energia maior para prepará-lo*, para fazê-lo se usaria *cimento e madeira pra gerar energia*. Enunciou em seguida um conjunto de vantagens no uso do tijolo ecológico: *mínimo de cimento; não fura a construção; o encaixe é rápido; não usa madeira; maior estabilidade e facilidade na montagem da parede*.

A casa-modelo, construído com este tijolo e que havia sido visitada durante a reunião anterior pelos representantes das novas famílias, era do mesmo tamanho das casas<sup>10</sup> da cooperativa. Os tijolos ficavam visíveis porque eram encaixados,

---

<sup>10</sup> A medida das casas construída em regime de mutirão na então Cooperativa de Ipiíba, quando foram inauguradas, em 2003, era de 46 m<sup>2</sup> em um terreno de 120 m<sup>2</sup>, compondo uma

dispensando o emboço das paredes. Ao entrar na casa argumentou-se como ela era arejada, o que seria uma propriedade dos tais tijolos. O morador e ex-cooperado Sérgio, a partir da curiosidade dos demais, mostrou como se realizava o encaixe das peças de tijolo e esclareceu que a pintura das paredes não era uma opção obrigatória porque se poderia optar também pelo verniz.

Um dos novos associados presentes, preocupado com a segurança da casa, perguntou na reunião pelo *certificado* deste tijolo e a arquiteta respondeu argumentando experiências bem sucedidas com o seu uso: *há experiências de profissionais da COOPE* (Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro), *também em Caxias e uma experiência de construção em um presídio*. Mas o ex-presidente Genilson contestou a possibilidade do uso do tijolo afirmando que havia conversado com o subsecretário de habitação do município de São Gonçalo o qual teria lhe informado que *a CEHAB-RJ* (Companhia Estadual de Habitação e Obras do Rio de Janeiro), então responsável pela construção das novas casas, *não trabalha com este tipo de tijolo*. Entretanto, a arquiteta não confirmou sua informação.

Após a exposição de motivos a favor do tijolo ecológico, deu-se início a votação do modelo da casa para deliberar sobre o seu uso. Apenas 6 pessoas colocaram-se a favor do uso do tijolo tradicional, 37% das novas famílias representadas nesta reunião. Então a arquiteta perguntou sobre as razões da opinião contrária. Um dos representantes se manifestou dizendo que *pensa no futuro, na segurança no caso de um vendaval e na possibilidade de um terraço no futuro*. Ela esclareceu que o tijolo ecológico garante uma determinada flexibilidade suficiente à construção, que os respectivos encaixes possuem espaço para expansão diante do calor ou frio e argumentou que *o produto tendo qualidade e fiscalização, a construção será segura*.

Esta reunião terminou, aparentemente, sem resolver o problema das dúvidas quanto ao modelo da casa. Quando as famílias foram embora a arquiteta Selma colocou-se receosa de não ter convencido a todos das vantagens do uso do tijolo ecológico na construção das casas. Segundo o ex-presidente Zé Carlos haveria *resistência em aceitar o que é novo*. Neste sentido, a desconfiança das famílias seria um *problema cultural*. Entretanto, compreensível tendo em vista o valor da casa como um patrimônio material

---

sala, uma cozinha, um banheiro, dois quartos e uma pequena varanda na frente da casa. Quase todas as famílias ampliou significativamente a casa posteriormente.



e simbólico (Woortmann, 1982) que incorpora as necessidades presentes e futuras das famílias, agregando a previsibilidade de sua expansão.

Para a próxima reunião, um grupo organizado em torno do tema *habitação* representado por integrantes das novas famílias, planejou retomar este debate a partir de visitas às casas dos moradores do condomínio, pesquisando sobre *o tipo de material da casa; medida da casa; opinião sobre o modelo; condições de ventilação; problemas de saúde nas crianças e de locomoção dos idosos*. A socióloga Livia contou-me posteriormente que durante esta reunião – à qual não pude comparecer – apenas este grupo conseguiu se apresentar em meio à polêmica retomada sobre o material de construção das casas. O grupo teria visitado as casas dos cooperados e ouvido as queixas destes moradores como, por exemplo, a cozinha considerada *muito pequena* e as infiltrações nas paredes, queixas recorrentes entre os moradores ex-cooperados.

As intervenções como as aqui descritas no sentido do exercício do convencimento mediado por propostas participativas ganham status de solução para problemas que são comuns aos trabalhadores, tanto maior quanto mais estão associadas a princípios de autodeterminação e de deliberações da população configurada beneficiária, a exemplo dos atuais “orçamentos participativos” e “gestões participativas”. Entretanto, as postuladas decisões coletivas devem se enquadrar não apenas aos princípios de ação coletiva que caracterizam o cooperativismo, como vimos, mas também às perspectivas institucionais das agências não-governamentais e governamentais de intervenção social e suas respectivas ideologias profissionais às quais podemos somar os princípios ecológicos e de sustentabilidade ambiental.

É neste cenário que podemos entender o dispositivo da casa-modelo antecipado às famílias, que se soma às contradições político-metodológicas, como ícone do processo de produção de demandas de mobilização coletiva e de intervenção social dos técnicos assessores que objetivam esta mobilização. Este convencimento se coaduna com valores socioeconômicos e ecológicos a serem internalizados pelas famílias a partir de tal recurso metodológico, em princípio autodeterminante.

Neste contexto se insere, por exemplo, o discurso da arquiteta Selma, durante a primeira reunião com os moradores sobre o valor do mutirão. Este possibilitaria, principalmente, oportunidades de trocas de experiências, de consolidação de laços e formação comunitária, assinalando que é importante para a *educação popular*, para a *solidariedade*, proporcionando assim maiores chances de melhor convívio entre as famílias. Exemplificando seu argumento cita o caso da ex-cooperada *Clara que foi levar*

*sopinha pro Gustavo* quando estava doente, em sobreposição à principal razão cogitada pelas famílias para o uso do mutirão que é relativa à redução dos custos e à otimização do tempo de construção das casas.

Neste mesmo sentido inscreve-se também a percepção da assistente social Mércia ao entender o mutirão não apenas como um momento de construção coletiva das casas, mas como uma forma particular de construir vínculos para além delas, mobilizando o grupo para o processo de identificação que se estenderia por meio das condições de moradia, embora uma identificação anterior já fosse possível, uma vez que o primeiro grupo de famílias foi credenciado na Igreja Católica São Pedro de Alcântara, no bairro de São Gonçalo, a partir de seu pertencimento religioso, cujos conhecidos, amigos e familiares foram então posteriormente agregados.

Desta maneira também podemos entender os tradicionais e peculiares discursos do Padre João no sentido de estimular a participação, seja pelo reconhecimento ou pela acusação, denunciando *as pessoas que ficaram individualistas* ou enaltecendo *o espírito solidário* dos que participam, utilizando-se da referência a padrões religiosos de comportamento e interação ao valorizar a disposição do pobre para a mudança de sua situação social e de uma vida comunitária engajada, ainda que simples, propondo *a luta pra vencer*. Propondo também o *compromisso para fazer do lugar uma vila ecológica* em oposição à *prisão das pessoas que vivem em grades*, referindo-se aos condomínios fechados das cidades grandes, com muros altos e com pouca integração ao entorno. Seu discurso ressalta o bairro de Ipiíba como o lugar em que *ainda não há isso* e onde é possível *realizar o sonho da casa própria*.

Pelo o que foi aqui exposto em termos de relações de confiança de longo prazo sedimentadas entre as famílias que aderiram ao cooperativismo habitacional sabemos que estes discursos, em termos socioculturais, são porosos a estes grupos de trabalhadores, entretanto, a sobrevalorização e persuasão ideológica em termos de atributos morais exclusivos de comportamento excluem, em muitos casos, a possibilidade do contraditório, do conflito ou da complementaridade de valores e interesses não considerados, que devem ser no sentido proposto por este viés, denunciados, negados ou extintos.

É possível exemplificar este contexto de reificação de valores atentando para considerações socioculturais que emergiram de contextos de trabalho de campo de longo prazo com o primeiro grupo de famílias. Deste modo é preciso considerar não apenas o valor da ajuda mútua e da solidariedade entre os “iguais”, que se coaduna neste

campo com a solidariedade religiosa, mas também o valor da independência e o da privacidade do núcleo familiar, que contradiz a idealização da cerca viva nas casas em detrimento do muro, que de fato foi construído pela maioria das famílias após ocupação das casas.

Neste mesmo sentido reitera-se o valor da casa como espaço de moradia da família nuclear tal qual configurada no momento da adesão ao projeto, mas há também o seu valor enquanto recurso simbólico e material para a garantia do futuro da família extensa, que articula a categoria *ajuda* aos parentes que venham precisar da casa, o que motiva arranjos frequentes com investimentos em reformas e/ou ampliações constantes, o que quase todos os núcleos realizaram, apesar das críticas à mudança de padronização da casa, da construção em segundo andar e da ausência da harmonia idealizada de um condomínio aberto, como uma *vila ecológica*.

Reconhece-se também a busca de certificação para o trabalho e neste sentido o reconhecimento situacional do “saber teórico”, mas há, sobretudo, o valor do “saber prático”, que alicerçado nas experiências do trabalho, sendo dele originado, autoriza questionamentos sobre propósitos e projetos de intervenção que sejam fundados apenas naquele outro saber, como sinalizou uma moradora ex-cooperada sobre a experiência da aprendizagem da construção civil durante o mutirão, quando as mulheres *aprenderam a fazer encanamento e assentar tijolo* e cujo “papel” de certificação através de um curso serviria apenas para legitimar o profissional que se constituiu no contexto deste saber prático, abrindo a perspectiva do emprego que exige, entretanto, tal comprovação.

O acompanhamento de tais contextos de proposições morais e de desconsideração de valores discrepantes seguiu-se até a terceira reunião do programa de assistência técnica para mobilização e organização comunitária, realizada em outubro de 2009, que posteriormente vim saber que foi a última realizada naquele ano. O programa havia sido interrompido por suspensão de verba. Quando retornei ao campo no final de 2010 soube que as atividades haviam sido retomadas em junho deste ano por outro funcionário da FBR, pedagogo de formação, que havia migrado de outro projeto para assumir a coordenação do programa uma vez que a socióloga Lívia e a arquiteta Selma estavam afastadas temporariamente, gozando licença. Sob sua gestão o oitavo “produto” do programa, intitulado “discussão e consolidação de um plano de trabalho com a comunidade”, estaria, então, já consolidado, enquanto o nono e último, a “estruturação de grupo para o associativismo habitacional e para implementação do plano de trabalho” (Metodologia de Trabalho-Ipiíba, 2009), estava em fase de finalização.

Quando questionado sobre o desenvolvimento da etapa “levantamento de campo” junto às famílias, tendo em vista as dificuldades quanto ao “diagnóstico participativo” observadas no início da proposta, ele me sugeriu *como pedagogo* uma contradição ao afirmar que, *ou o diagnóstico é rápido ou ele é participativo*, postulando um equívoco ao propor como recurso metodológico o DRP – Diagnóstico Rápido Participativo, adaptado do Diagnóstico Rural Participativo –, dadas as condições estruturais de trabalho com as famílias, principalmente em termos de seus limites financeiros.

Ele explicou que *as oficinas*, mais pontuais, foram técnicas por ele utilizadas para integrar as famílias e tentar obter delas o máximo de respostas possível aos questionamentos sugeridos a partir da proposta da assistência técnica. Contundente afirmou que *essa história de sair pra fazer levantamento de campo não dá, não tem dinheiro pra isso!* Deixou claro, assim, que a idealização da propalada “participação da comunidade” não se realiza diante das exigências burocráticas e dos limites financeiros, sem levar em consideração ainda as incongruências entre a conceituação da participação enquanto canal de deliberação coletiva e o investimento político-pedagógico de proposição de determinada visão de mundo e de relação idealizada dos indivíduos entre si e destes com a natureza.

Assim, mesmo sob os limites dos poucos encontros formalizados para a legitimação do trabalho de assistência técnica, foi possível entrever, pela proposição do “diagnóstico participativo”, algumas contradições que envolvem a objetivação de decisões supostamente compartilhadas e referidas à autorreflexão das famílias beneficiárias, ainda que a experiência tenha sido válida em termos de apontamentos de categorias temáticas de interesse do grupo. Neste contexto, torna-se relevante não apenas a falta de representatividade numérica das novas famílias, mas, fundamentalmente, o processo de convencimento acerca de escolhas que lhes são antecipadas, mas que ganham status de “deliberação coletiva”. A construção de uma casa-modelo, com o dispêndio de recursos materiais – sob a contradição da insuficiência de verba recorrentemente afirmada – e também de recursos simbólicos – sob a égide de valores ecológicos – é ícone deste processo.

### **Considerações finais**

Vimos que a idealização da “comunidade participativa” no contexto dos projetos de emancipação social da população dita “excluída” da sociedade democrática

de direito, como o aqui mediado por programas de assistência técnica de habitação de interesse social, que se tornam mais legítimos quanto mais advogados como integrados a contextos deliberativos desta população, pode acabar por reproduzir a hierarquia de saberes da mesma ordem social que se contesta e deseja-se romper. As “deliberações coletivas”, em princípio equânimes e consensuais, devem se enquadrar aos princípios, saberes e pressupostos de enquadramento dos “excluídos”, projetados pelos técnicos idealizadores de tais sistemas de intervenção como valores emancipadores aos quais a população – representada aqui pelas famílias beneficiárias – deveria aceder de forma consciente pela prerrogativa da autonomia.

Neste contexto, os técnicos da ONG FBR podem ser entendidos como exemplo de mediadores apontados por Ilse Scherer-Warren (2005:59), tais como “agentes pastorais”, “agentes educacionais” e “líderes político-partidários”, que frequentemente são os “propagadores da ideologia autonomista”, mas que mantêm “posturas contraditórias” relativas à proposição de “uma nova cultura política, não autoritária”, representando, de fato, “um ‘fazer político’ tradicional”.

Como bem apontou Marcos de Oliveira (2003, sem p.) acerca da Terceira Via de desenvolvimento, argumentada por Anthony Giddens (2001), o desempenho deste papel de mediador pelo Terceiro Setor na “promoção da sociedade civil através de uma teoria política que aumente a solidariedade social e diminua as diferenças econômicas” é legitimado pelo Estado que “deve atuar mais como fomentador do que como fornecedor dos serviços”, abrindo espaço para que as “chamadas organizações não governamentais sem fins lucrativos” atuem através do “comunitarismo” que “surge como remédio eficaz para a desintegração social advinda do predomínio do mercado e sua ideologia individualista”, cujo fim é “a restauração das virtudes cívicas e a sustentação dos fundamentos morais da sociedade”.

Elas passam a assumir assim, segundo o autor, a função de “incubadoras de novas oportunidades de inovação das relações sociais” sendo fundamentais neste “projeto político-pedagógico atemporal que tem como objetivo a constituição de um novo sujeito social, agente da ‘portabilidade de capacidade’, pronto para um novo contrato social baseado na autonomia e no desenvolvimento pessoal. As pedras fundamentais desse ‘novo progressismo’ são: oportunidades iguais, responsabilidade social e mobilização de cidadãos e comunidades”.

Esta mobilização deve se dar por meio de “empreendimentos econômico-sociais” que em conjunto com “os órgãos governamentais” promovem “nas

comunidades carentes o chamado planejamento participativo”, objetivado pela FBR, como vimos. Destaca-se assim a “atividade empresarial-social, principalmente através da educação, pela qual se pode promover o que é chamado de ‘redistribuição das possibilidades’” (Oliveira, 2003).

No exercício deste “empresariamento social” substituem-se os “direitos sociais absolutos”, a serem fornecidos diretamente pelo Estado, pela ideia de investimento em “capital humano” a partir da contrapartida de um “Estado de investimento social” com predominância de “uma nova economia mista”. Neste contexto, circulam novas categorias de idealização da ação social fomentadora deste “novo sujeito social”. Substitui-se assim “carência” por “autonomia”, “doença” por “saúde ativa”, “ignorância” por “educação permanente”, “sordidez” por “bem-estar” e “ociosidade” por “iniciativa” (Oliveira, 2003).

Sabe-se que, tradicionalmente, tais agências não governamentais atuam nas brechas e interstícios das políticas públicas consideradas ineficazes no sentido do atendimento de necessidades e interesses específicos de setores pobres e trabalhadores que marcam sobremaneira a história do país e em nome das quais estas necessidades são intensamente argumentadas no espaço público, consolidando o dilema do ideal da autonomia frente à dependência apresentada como relativa a contextos sempre superáveis desta mesma dependência.

É no contexto de desempenho desta função pela FBR no campo da política habitacional e territorial voltada para população de baixa renda no Estado do Rio de Janeiro que suas ações de assessoria técnica são contestadas por coordenadores regionais do movimento UNM-RJ – alguns ex-presidentes de cooperativas implementadas pela instituição por meio de seus programas habitacionais desenvolvidos a partir da década de 90 – como insuficientes ou omissas quanto às responsabilidades frente ao bom andamento e qualidade dos projetos contemplados, como de cobrança indevida de investimentos do movimento como entidade representativa dos beneficiários e até mesmo como fundadas em interesses escusos decorrentes da contraposição subliminar à consolidação da *autogestão* entre as famílias, concebida como a *galinha dos ovos de ouro da Fundação*.

Podemos entender então os desencontros sinalizados pelas famílias e também os recorrentemente considerados pelos coordenadores da UNM-RJ como expressões nativas do dilema fundamental com relação à dependência/autonomia, intrínseco ao campo de atuação das ONGs e de modo geral ao campo do “governo humanitário”, do

qual nos fala Didier Fassin (2005) e Michael Agier (2010), com seus aparelhos e dispositivos globalizados de controle político sobre as populações “à margem” ou “indesejáveis”, como descreve Agier, que incorpora determinados usos políticos do corpo, de gerenciamento normativo das situações de vulnerabilidade e sofrimento vividas pelas pessoas.

O ponto de encontro entre estas abordagens de governabilidade das situações de “exclusão” e fonte da confusão de idiomas em termos da desconsideração dos conteúdos simbólicos específicos das condições socioculturais das populações objetivadas é dado pela ficção de uma humanidade genérica evidenciada pelas utilizações políticas de uma retórica humanitária comum. Esta retórica inevitavelmente engendra ambas instituições, UMP-RJ e FBR, em nome das quais se milita e se presta assessoria dentro do jogo emblemático e sinuoso da autonomia e dependência, a despeito da consideração do patrimônio cultural das classes trabalhadoras que se torna, neste sentido, seletivamente articulado.

Entretanto, o que fundamenta o poder de barganha e a legitimidade das ações dos respectivos conjuntos de representantes é a manutenção das demandas das famílias representadas a serem beneficiadas pelos projetos contratados segundo determinadas proposições políticas que, entretanto, como vimos está longe de contar, na prática, com um consenso político institucional. Neste sentido, as distintas posições assumidas pelos técnicos da FBR, mas também as preconizadas pelos coordenadores/idealizadores do movimento habitacional são exemplos de relações de concorrência institucionais e intrainstitucionais segundo as quais se dão os agenciamentos da população beneficiária, mas também seus arranjos específicos nos interstícios destes agenciamentos, segundo seus interesses e intenções.

Assim, à exemplo da repolitização do discurso humanitário, apontada por Agier (2010), por meio da qual os sujeitos da “ajuda” humanitária politizam esta e outras categorias tais como a de “vulnerável”, “necessitado” e “benefício”, os sujeitos das políticas habitacionais ressignificam as categorias propriamente políticas que circulam neste campo segundo seus valores socioculturais. Estas categorias, como vimos, surtem também seus efeitos distintos a partir dos diferentes níveis de familiaridade e de experiência com a temática da mobilização coletiva entre as categorias de famílias.

Ficou claro, por exemplo, pelas apresentações dos grupos de trabalho propostos, que de maneira geral, os moradores ex-cooperados, manipulam mais convenientemente a questão do engajamento coletivo, sublinhada inclusive pela intervenção carismática do

padre João que assim a legitima em seu sentido religioso. Estas famílias dominam os discursos e as práticas em jogo que possuem, neste contexto, valor fundamental de troca, ou seja, legitima-se coletivamente as propostas financiadas, ainda que não compatíveis inteiramente com seus reais interesses, e por outro lado se mantém através destes mesmos “rituais político-pedagógicos” a presença da FBR como instituição de mediação fundamental junto às agências de financiamento possíveis.

Assim, mesmo tendo em vista os limites institucionais em jogo, o trabalho de persuasão, de convencimento das famílias beneficiárias no sentido do atendimento aos objetivos e princípios eleitos para as ações de intervenção social, não pode ser entendido apenas em termos de seus resultados imediatos, mas também no sentido processual de práticas de longo prazo que, objetivando a “mudança da realidade social das famílias”, ressoam nelas ecos de uma pedagogia política que se traduz em novo capital social incorporado, ainda que a ser mobilizado sob os limites das barganhas socioculturais aqui discutidas.

É deste modo que, além da casa própria, valor por excelência que justifica todos os esforços familiares neste campo, a dimensão da sociabilidade conquistada segundo os princípios da “ajuda mútua” e da “reciprocidade”, além de ser, como vimos, estrategicamente assumida pelos técnicos da FBR em seus serviços de assistência técnica, é a dimensão ressignificada que traduz, entre as famílias que passam pelo processo de mobilização comunitária, os recursos simbólicos para a legitimidade do merecimento de projetos financiáveis em nome dos quais aqueles técnicos lhes prestam assessoria e os líderes comunitários militam.

### **Referências bibliográficas**

BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: Sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus, 2008.

CORRÊA, Ricardo de Gouvêa. Direito à terra e habitação. Uma experiência no Rio de Janeiro, vol II. Rio de Janeiro: Fundação Bento Rubião, 2007.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

ESTATUTO SOCIAL. Cooperativa Habitacional e Mista Ipiíba. 09 de dezembro de 2001.



FASSIN, Didier. Governar por los cuerpos, políticas de reconhecimento hacia los pobres y los inmigrantes. Educação. Porto Alegre – RS, ano XXVIII, nº 2 (56), p. 201-226, Maio/Ago. 2005.

GIDDENS, Anthony. A terceira via e seus críticos. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MANUAL PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL. Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. Ministério das Cidades. Exercícios – 2008/2011.

METODOLOGIA DE TRABALHO – IPIÍBA - Assistência Técnica para Mobilização Comunitária. Contrato nº 001/2009 – ITERJ – FBR – UMP-RJ. agosto/2009.

MICHAEL, Agier. Humanity: as an Identity and Its Political Effects (A Note on Camps and Humanitarian Government). Humanity: an International Journal of Human Rights, Humanitarianism; and Development, Volume 1, Number 1, Fall 2010, p. 29-45.

NEVES, Delma Pessanha. *Apresentação*. In NEVES, Delma Pessanha (org.), Desenvolvimento social e mediadores políticos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008a.

\_\_\_\_\_. Mediações sociais e mediadores políticos In NEVES, Delma Pessanha (org.), Desenvolvimento social e mediadores políticos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008b.

OLIVEIRA, Marcos Marques de. O projeto político-pedagógico da Terceira Via In Revista de Ciência Política, nº 14, dezembro de 2003.

REGIMENTO INTERNO MUTIRÃO. Cooperativa Habitacional e Mista Ipiíba. 01 de abril de 2001.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

VEIGA, Sandra Mayrink e FONSECA, Isaque. Cooperativismo: uma alternativa dos trabalhadores. Rio de Janeiro: Senac/ARRJ, 1999.

WOORTMANN, Klass. Casa e Família Operária. Anuário Antropológico/80. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1982.